



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

#### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de **MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DO NÚCLEO CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DO ESTOQUE DO ALMOXARIFADO PARA O ANO DE 2025**, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Educação
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal;
1.4	<b>Período:</b>	1 (um) ano;
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço UNITÁRIO por item, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6. Aquisição de **MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DO NÚCLEO CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DO ESTOQUE DO ALMOXARIFADO PARA O ANO DE 2025**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO MATERIAL	U/C	QTD
COTA EXCLUSIVA				



1	355563	<b>BALDE PLÁSTICO CANELADO -</b> BALDE CONFECCIONADO EM MATE- RIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COM ALÇA METÁLICA E CAPACIDADE DE 20 L. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGI- CA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR)	UND	968
2	419219	<b>COPO DESCARTÁVEL DE 200 ML</b> - COPO FABRICADO EM POLIPROPI- LENO, BRANCO, EMBALADOS EM PACOTES CONTENDO 100 UNIDADES, INDICADO PARA AQUECIMENTO LI- VRE DE BISFENOL A, PRODUZIDOS DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, DEVE CONTER ETIQUETA DE CERTIFICAÇÃO DE RECICLAGEM ROTULADOS COM NUMERAÇÃO"2", "4" OU "5". . COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR). <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VI- GENTES PARA O PRODUTO.</b> <b>PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 25 PACO- TES.</b>	PACOTE	8850
3	407784	<b>COPO DESCARTÁVEL DE 50 ML -</b> COPO FABRICADO EM POLIPROPILE- NO, BRANCO, EMBALADOS EM PA- COTES CONTENDO 100 UNIDADES, INDICADO PARA AQUECIMENTO LI- VRE DE BISFENOL A, PRODUZIDOS DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT, DEVE CONTER ETIQUETA DE CERTIFICAÇÃO DE RECICLAGEM ROTULADOS COM NUMERAÇÃO"2", "4" OU "5". COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR). <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VI- GENTES PARA O PRODUTO.</b> <b>PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 50 PACO- TES.</b>	PACOTE	3000



4	449798	<b>DETERGENTE LÍQUIDO - DETERGENTE NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, CONCENTRADO, DESENGORDURANTE, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE DE PLÁSTICO COM 500ML, CAIXA COM 24 UNIDADES. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMações: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), NOME, CGC E ENDEREÇO DO FABRICANTE. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.</b>	UND	25168
5	312293	<b>ESCOVÃO PARA LAVAGEM DE ROUPAS - ESCOVÃO COM CABO EM PLÁSTICO E CERDAS EM NYLON COM APROXIMADAMENTE 2,5CM E 12CM EM SUA BASE.COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR). PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.</b>	UND	574
6	419326	<b>ESPONJA DUPLA FACE - ESPONJA DULA FACECOM AÇÃO ANTIBACTÉRIANA, DE USO PROFISSIONAL, SENDO UMA FACE EM FIBRA SINTÉTICA COM MATERIAL ABRASIVO E OUTRA EM ESPUMA DE POLIURETANO VERDE E AMARELO, CONSISTÊNCIA FINA, MEDINDO NO MÍNIMO 7,5X110X200MM, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR). INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.</b>	UND	17700



		<b>NIMO 24 UNIDADES.</b>		
<b>7</b>	<b>328396</b>	<b>ESPONJA DE LÃ DE AÇO</b> - ESPONJA DE AÇO COM FIOS FINÍSSIMOS, EMARANHADOS, ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO COM 8 UNIDADES, PESANDO NO MÍNIMO 60G, COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR).	<b>PACOTE</b>	<b>13552</b>
<b>8</b>	<b>240448</b>	<b>FLANELA AMARELA</b> - FLANELA PARA USO EM LIMPEZA, BORDAS COM ACABAMENTO EM OVERLOCK COM NO MÍNIMO 4MM, MEDIDAS APROXIMADAS DE 40 X 60 CM.	<b>UND</b>	<b>11616</b>
<b>9</b>	<b>279329</b>	<b>FÓSFOROS</b> - FÓSFOROS ACONDICIONADOS EM PACOTES (MAÇOS) COM 10 CAIXAS, COM APROXIMADAMENTE 40 PALITOS POR CAIXA. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR).	<b>MAÇO</b>	<b>8389</b>
<b>10</b>	<b>403521</b>	<b>GUARDANAPO HOTEL</b> - GUARDANAPO MEDINDO APROXIMADAMENTE 33X33CM, FOLHA DUPLA, PACOTE COM 50 UNIDADES. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, CERFLOR, FSC OU SIMILAR).	<b>PACOTE</b>	<b>3872</b>



11	477578	<p><b>LUVA DE LATEX - TAMANHO G -</b> LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA LÁTEX, COM RESINA NITRÍLICA E REVESTIDA INTERNAMENTE COM VERNIZ SILVER, ANTIDERRAPANTE NA PALMA E NOS DEDOS. AS LUVAS OBRIGATORIAMENTE DEVEM RECEBER TRATAMENTO BACTERICIDA E FUNGICIDA, PARA MINIMIZAÇÃO AO POSSÍVEL PROCESSO ALÉRGICO CAUSADO PELO LÁTEX. COMPRIMENTO DE 28 À 32 CM. ESPESSURA MÍNIMA DE 40MM. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS MECÂNICOS E CONTRA RISCOS DE PRODUTOS QUÍMICOS, TAIS COMO: CLASSE A, TIPO 2 - AGRESSIVOS BÁSICOS; CLASSE B - DETERGENTE, SABÃO, AMONÍACO E SIMILARES; CLASSE C - TIPOS 3/4/5 - ÁLCOOL, ÉTER E CETONA. DEVE SER ADEQUADAMENTE IDENTIFICADO DE MODO LEGÍVEL, NO MÍNIMO COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO, NÚMERO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E O TAMANHO DEVE ATENDER AS NORMAS BRASILEIRAS. EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS, INDIVIDUALMENTE OS PARES.</p> <p><b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b></p>	PAR	6195
----	--------	---	-----	------



12	477578	<p><b>LUVA DE LATEX - TAMANHO M -</b></p> <p>LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA LÁTEX, COM RESINA NITRÍLICA E REVESTIDA INTERNAMENTE COM VERNIZ SILVER, ANTIDERRAPANTE NA PALMA E NOS DEDOS. AS LUVAS OBRIGATORIAMENTE DEVEM PARRECEBER TRATAMENTO BACTERICIDA E FUNGICIDA, PARA MINIMIZAÇÃO AO POSSÍVEL PROCESSO ALÉRGICO CAUSADO PELO LÁTEX. COMPRIMENTO DE 28 À 32 CM. ESPESSURA MÍNIMA DE 40MM. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS MECÂNICOS E CONTRA RISCOS DE PRODUTOS QUÍMICOS, TAIS COMO: CLASSE A, TIPO 2 - AGRESSIVOS BÁSICOS; CLASSE B - DETERGENTE, SABÃO, AMONÍACO E SIMILARES; CLASSE C - TIPOS 3/4/5 - ÁLCOOL, ÉTER E CETONA. DEVE SER ADEQUADAMENTE IDENTIFICADO DE MODO LEGÍVEL, NO MÍNIMO COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO, NÚMERO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E O TAMANHO DEVE ATENDER AS NORMAS BRASILEIRAS. EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS, INDIVIDUALMENTE OS PARES.</p> <p><b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b></p>	PAR	6195
----	--------	---	-----	------



13	477578	<p><b>LUVA DE LATEX - TAMANHO P -</b> LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA LÁTEX, COM RESINA NITRÍLICA E REVESTIDA INTERNAMENTE COM VERNIZ SILVER, ANTIDERRAPANTE NA PALMA E NOS DEDOS. AS LUVAS OBRIGATORIAMENTE DEVEM RECEBER TRATAMENTO BACTERICIDA E FUNGICIDA, PARA MINIMIZAÇÃO AO POSSÍVEL PROCESSO ALÉRGICO CAUSADO PELO LÁTEX. COMPRIMENTO DE 28 À 32 CM. ESPESSURA MÍNIMA DE 40MM. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS MECÂNICOS E CONTRA RISCOS DE PRODUTOS QUÍMICOS, TAIS COMO: CLASSE A, TIPO 2 - AGRESSIVOS BÁSICOS; CLASSE B - DETERGENTE, SABÃO, AMONÍACO E SIMILARES; CLASSE C - TIPOS 3/4/5 - ÁLCOOL, ÉTER E CETONA. DEVE SER ADEQUADAMENTE IDENTIFICADO DE MODO LEGÍVEL, NO MÍNIMO COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO, NÚMERO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E O TAMANHO DEVE ATENDER AS NORMAS BRASILEIRAS. EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS, INDIVIDUALMENTE OS PARES.</p> <p><b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b></p>	PAR	3098
14	371135	<p><b>PÁ DE LIXO DE PLÁSTICO - PÁ DE</b> LIXO COM BASE EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM APROXIMADAMENTE 21 A 23,5CM, CABO DE MADEIRA ENCAPADO, COM APROXIMADAMENTE 80CM VERTICAL, COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR)</p>	UND	968



15	471300	<b>RODO PARA PISO - RODO COM CABO E BASE EM MADEIRA, COM MEDIDA APROXIMADA DE 40 CM, LÂMINA DE BORRACHA COM NO MÍNIMO 2MM, ULTRAPASSANDO NO MÍNIMO 25MM DA BASE. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).</b>	UND	968
16	295691	<b>RODO PARA LIMPEZA DE JANELAS - RODO PARA LIMPEZA DE JANELAS DE VIDRO E SUPERFÍCIES LISAS CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO, COM CABO EXTENSÍVEL EM ALUMÍNIO, RODO EMBORRACHADO, BORRACHA E MICROFIBRA. DIMENSÕES MÍNIMAS: 7CM X 25 CM X 160CM</b>	UND	136
17	254879	<b>SABÃO EM BARRA - SABÃO COM FRAGRÂNCIA DE COCO, EXTRUSADO, COM GLICERINA, ACONDICIONADOS EM PACOTES COM 5 TABLETES, PESANDO 200G CADA. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTESS INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), NOME, CGC E ENDEREÇO DO FABRICANTE. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b>	QUILO	6038





18	422221	<p><b>SABONETE ANTIBACTERIANO -</b> SABONETE EM BARRA, UTILIZADO NA LAVAGEM DAS MÃOS E DO CORPO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE, AÇÃO ANTIBACTERIANA, CONTENDO INGREDIENTES UMEC-TANTES E SUAVIZANTES, PARA USO DIÁRIO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E COMPROVADO NA EM-BALAGEM DO PRODUTO, FRAGRÂN-CIA SUAVE E AGRADÁVEL. COMPO-SIÇÃO QUÍMICA APROXIMADA DE: SABÃO BASE, ÁCIDO GRAXO DE PALMISTE, ÁCIDO LÁURICO, TRI-CLOROCARBANILIDA, POLIETILE-NOLOCOL, ÁCIDO CÍTRICO, DIÓXIDO DE TITÂNIO, EDTA, EHDP, BHT, LAU-RIL, ÉTER SULFATO DE SÓDIO, CO-RANTE E COMPOSIÇÃO AROMÁTICA, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, PLASTIFICADO RESISTENTE, CON-TENDO NO MÍNIMO 80G. RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS INFORMAÇÕES DE NOME DO PRODUTO E SUA FINA-LIDADE, CONTEÚDO DA EMBALA-GEM, NOME DO RESPONSÁVEL TÉC-NICO E SEU REGISTRO NO CONSE-LHO REGIONAL DE QUÍMICA, PRE-CAUÇÕES DE USO, PRAZO DE VALI-DADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), COM-POSIÇÃO DO PRODUTO.</p> <p><b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VI-GENTES PARA O PRODUTO.</b></p> <p><b>PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍ-NIMO 72 UNIDADES.</b></p>	UND	9680
----	--------	---	-----	------



19	428071	<b>SABONETE LÍQUIDO CREMOSO PARA AS MÃOS - SABONETE PARA USO ESCOLAR, COM FUNÇÃO ANTI BACTERICIDA, ACONDICIONADOS EM GALÕES COM 5 (CINCO) LITROS, COM FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL, PRONTO PARA O USO, APARÊNCIA PEROLADA CREMOSA, LIVRE DE RESÍDUOS SUSPENSOS OU PRECIPITAÇÕES, COM PH ENTRE 6,5 E 7,5 (NEUTRO), NÃO IRRITANTE A PELE E AOS OLHOS, BIODEGRADÁVEL. EMBALAGEM PLÁSTICA, COM 5 LITROS, SEM RACHADURAS E VAZAMENTOS, ROTULO CONTENDO DE FORMA CLARA O NOME, TIPO, A INDICAÇÃO DE BIODEGRADÁVEL, COMPOSIÇÃO QUÍMICA DO PRODUTO, NOME OU MARCA DO FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE E REGISTRO OU AUTORIZAÇÃO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.</b> <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b> <b>PRODUTO ACONDICIONADO EM RECIPIENTE PLÁSTICO (GALÃO) RESISTENTE COM 5 LITROS.</b>	<b>GALÃO</b>	<b>1936</b>
20	397907	<b>SAPONÁCEO EM PÓ - SAPONÁCEO ACONDICIONADO EM RECIPIENTES DE 300G, O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS INFORMAÇÕES DE NOME DO PRODUTO E SUA FINALIDADE, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E SEU REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA, PRECAUÇÕES DE USO, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), COMPOSIÇÃO DO PRODUTO.</b> <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b> <b>PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO CONTENDO 12 UNIDADES.</b>	<b>UND</b>	<b>6048</b>



21	364252	<b>TOALHA DE PRATO - TOALHA</b> EM TECIDO GROSSO, SEM FUROS, ALTO PODER DE ABSORÇÃO, 100% ALGODÃO, ESTAMPADO, COM ACABAMENTO DA BAINHA COM COSTURA DE APROXIMA- DAMENTE 1CM, TAMANHO MÍN- IMO 50 X 80 CM.	UND	9680
22	469862	<b>VASSOURA DE PIAÇAVA CHAPA</b> <b>3 - VASSOURA</b> COM CABO DE MA- DEIRA DE NO MÍNIMO 160CM, BASE EM MATERIAL RESISTENTE, NÃO PERMITINDO SOLTAR AS CERDAS DE PIAÇAVA, O RÓTULO DEVE CONTER CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTU- LO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMI- LAR).	UND	2968
23	278323	<b>VASSOURA DE NYLON - VASSOU-</b> <b>RINHA</b> PARA LIMPEZA DE VASO SA- NITÁRIO, COM FORMATO CIRCULAR, BASE E CABO (PEÇA ÚNICA) EM PLÁSTICO COM APROXIMADAMEN- TE 30CM DE COMPRIMENTO, CERDAS DE NYLON COM APROXIMADAMEN- TE 11CM DE COMPRIMENTO, COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTU- LO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMI- LAR).	UND	968
<b>COTA RESERVADA</b>				
24	288988	<b>ABSORVENTE INTIMO FEMINI-</b> <b>NO – ABSORVENTE</b> COM ABAS, FLUXO: NORMAL; COBERTURA: SU- AVE; FORMATO ANATÔMICO; COM CANALIS LATERAIS; CIRCUITO COM- PLETO ANTIVAZAMENTO; TRIPLA PROTEÇÃO; COM GEL; COMPOSIÇÃO: FIBRA DE CELULOSE, POLIPROPILE- NO, POLÍMERO SUPER ABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS E PAPEL SILICO- NADO; SEM FIBRAS DE ALGODÃO; COMPONENTES ATÓXICOS; NÃO PROPENSOS A CAUSAR IRRITAÇÃO EM CONTATO COM A PELE; TESTA- DO DERMATOLOGICAMENTE. EM- BALAGEM COM 8 UNIDADES, CON- TENDO: NUMERO DO LOTE, DATA DE	PACOTE	14.135



		FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A CONTAR PELA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL. <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b> <b>PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 48 UNIDADES.</b>		
25	310507	<b>ÁGUA SANITÁRIA, 1 LITRO - HIPOCLORITO DE SÓDIO COM CONCENTRAÇÃO 2,0 À 2,5%, PARA USO GERAL, ALVEJANTE DE TECIDOS, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE AMBIENTES, OBJETOS, CAIXAS D'ÁGUAS, FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMações: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1000ML, RESISTENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL)</b> <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b> <b>PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 12 UNIDADES.</b>	LITRO	6.294



26	269943	<b>ALCOOL EM GEL ANTI SÉPTICO 70% -</b> ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% COM HIDRATANTE, ANTI-SÉPTICO E BACTERICIDA (LARGO ESPECTRO DE AÇÃO). O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1000ML, RESISTENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL) <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 12 UNIDADES.</b>	LITRO	4.425
27	443454	<b>ALCOOL LÍQUIDO ANTI SÉPTICO 70% -</b> ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70%, ANTI-SÉPTICO E BACTERICIDA (LARGO ESPECTRO DE AÇÃO). O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1000ML, RESISTENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL). <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 12 UNIDADES.</b>	LITRO	6.294



		DADES.		
28	456534	<b>CERA LÍQUIDA - ALTO BRILHO, PERFUMADA, INCOLOR. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 750ML A 850ML, COM DISPERSÃO ACRÍLICA METALIZADA, TEOR ATIVO/SÓLIDOS COM 10 A 20%. VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.</b> <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b> <b>PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES.</b>	UND	2.000
29	456546	<b>DESINFETANTE MULTIUSO - DESINFETANTE COM FUNÇÃO ANTI BACTERICIDA (ELIMINA 99,9% DAS BACTÉRIAS), TAMPA TIPO FLIP-TOP, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE (INQUEBRÁVEL) COM 500ML. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE</b> <b>INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), NOME, CGC E ENDEREÇO DO FABRICANTE.</b> <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b> <b>PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.</b>	UND	9.680



30	354355	<b>LUVA DE LÁTEX DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL</b> - TAMANHO "M", MATERIAL DE LÁTEX EM BORRACHA NATURAL, NÃO CIRÚRGICA, PÓ BIODEGRADÁVEL, FORMATO AMBIDESTRO, TEXTURA LISA. ACONDICIONADAS EM CAIXA COM 100 UNIDADES. <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b>	CAIXA	763
31	357462	<b>PANO DE LIMPEZA CHÃO</b> - PANO EM TECIDO GROSSO, BRANCO, SEM FUROS, PANO 100% ALGODÃO, ALVEJADO, PARA USO EM LIMPEZA EM GERAL. TAMANHO APROXIMADO DE NO MÍNIMO 60 X 90.	UND	3.019
32	443004	<b>PAPEL HIGIÊNICO</b> - PAPEL COM FOLHAS DUPLAS PICOTADAS, COM 30MT POR ROLO, NA COR BRANCA, DE 1ª QUALIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 10 CM DE LARGURA X 30MT DE COMPRIMENTO, EMBALADOS EM FARDOS COM 64 UNIDADES, COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).	FARDO	990
33	436328	<b>PAPEL TOALHA INTERFOLHADO</b> - PARA USO EM DISPENSADOR DE PAPEL, COM 2 (DUAS) DOBRAS, TAMANHO APROXIMADO DE 23 X 21 CM, NA COR BRANCA, SEM ODOR, NÃO RECICLADO, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, EMBALAGENS COM 1.000 FOLHAS, APRESENTANDO O NOME DO FABRICANTE, A MARCA E AS DIMENSÕES. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).	FARDO	4.404





34	390358	<b>DETERGENTE/SABÃO LÍQUIDO PARA LAVAGEM DE ROUPA 3 LITROS - DETERGENTE/ SABÃO LÍQUIDO MULTIUSO, EMBALAGEM COM 3 LITROS, UTILIZADO PARA LAVAGEM EM GERAL, COM CARACTERÍSTICAS BIODEGRADÁVEIS E QUE NÃO DEIXA RESÍDUOS. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMações: O NOME DO PRODUTO E SUA FINALIDADE, INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), NOME, CGC E ENDEREÇO DO FABRICANTE. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.</b>	<b>GALÃO</b>	<b>2.420</b>
35	234130	<b>SACO PLÁSTICO SECUNDÁRIO TRANSPARENTE - SACO PLÁSTICO COM MEDIDAS APROXIMADAS 35 X 45 CM, CAPACIDADE PARA APROXIMADAMENTE 5KG, BOBINA COM 500 UNIDADES.</b> <b>NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR DE FORMA CLARA A MARCA OU NOME DO FABRICANTE, DIMENSÕES DO PRODUTO, QUANTIDADE, CAPACIDADE NOMINAL, INCLUSIVE PESO SUPORTADO. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).</b>	<b>BOBINA</b>	<b>722</b>





36	470833	<b>SACO PLÁSTICO PARA LIXO - SACO PARA LIXO COM CAPACIDADE DE 100L, REFORÇADO, PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS ESCOLARES (RESÍDUOS EM GERAL), CLASSE I, EM RESINA TERMOPLÁSTICA VIRGEM OU RECICLADA, LARGURA APROXIMADA DE 75CM, ALTURA MÍNIMA DE 105CM, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,12MM, CAPACIDADE NOMINAL PARA 100 LITROS, PESO MÍNIMO SUPORTADO DE 20 KG, NA COR PRETA. NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR DE FORMA CLARA A MARCA OU NOME DO FABRICANTE, DIMENSÕES DO PRODUTO, QUANTIDADE, CAPACIDADE NOMINAL, INCLUSIVE PESO SUPORTADO. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR). PRODUTO EMBALADO EM PACOTES PLÁSTICO CONTENDO 100 UNIDADES.</b>	PACOTE	1.509
37	332930	<b>TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA - TOUCA 100% POLIPROPILENO, COM ELÁSTICO REVESTIDO PARA MELHOR VEDAÇÃO, SOLDA POR ULTRASSOM, NA COR BRANCA, TAMANHO 45X52CM. ACONDICIONADAS EM PACOTE PLÁSTICO COM 100 UNIDADES.</b>	PACOTE	1.509
<b>COTA PRINCIPAL</b>				



38	288988	<b>ABSORVENTE INTIMO FEMININO</b> – ABSORVENTE COM ABAS, FLUXO: NORMAL; COBERTURA: SUAVE; FORMATO ANATÔMICO; COM CANAIS LATERAIS; CIRCUITO COMPLETO ANTIVAZAMENTO; TRIPLA PROTEÇÃO; COM GEL; COMPOSIÇÃO: FIBRA DE CELULOSE, POLIPROPILENO, POLÍMERO SUPER ABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS E PAPEL SILICONADO; SEM FIBRAS DE ALGODÃO; COMPONENTES ATÓXICOS; NÃO PROPENSOS A CAUSAR IRRITAÇÃO EM CONTATO COM A PELE; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. EMBALAGEM COM 8 UNIDADES, CONTENDO: NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A CONTAR PELA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL. <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b> <b>PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 48 UNIDADES.</b>	<b>PACOTE</b>	<b>56.540</b>
39	310507	<b>ÁGUA SANITÁRIA, 1 LITRO</b> - HIPOCLORITO DE SÓDIO COM CONCENTRAÇÃO 2,0 À 2,5%, PARA USO GERAL, ALVEJANTE DE TECIDOS, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE AMBIENTES, OBJETOS, CAIXAS D'ÁGUAS, FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1000ML, RESISTENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL) <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b>	<b>LITRO</b>	<b>18.882</b>



		<b>PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 12 UNIDADES.</b>		
40	269943	<b>ALCOOL EM GEL ANTI SÉPTICO 70% - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% COM HIDRATANTE, ANTI-SÉPTICO E BACTERICIDA (LARGO ESPECTRO DE AÇÃO). O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1000ML, RESISTENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL) INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 12 UNIDADES.</b>	LITRO	13.275
41	443454	<b>ALCOOL LÍQUIDO ANTI SÉPTICO 70% - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70%, ANTI-SÉPTICO E BACTERICIDA (LARGO ESPECTRO DE AÇÃO). O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1000ML, RESISTENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL). INFORMAÇÕES DO FABRICANTE,</b>	LITRO	18.882



		<b>DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 12 UNIDADES.</b>		
42	456534	<b>CERA LÍQUIDA - ALTO BRILHO, PERFUMADA, INCOLOR. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 750ML A 850ML, COM DISPERSÃO ACRÍLICA METALIZADA, TEOR ATIVO/SÓLIDOS COM 10 A 20%. VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES.</b>	<b>UND</b>	<b>6.389</b>
43	456546	<b>DESINFETANTE MULTIUSO - DESINFETANTE COM FUNÇÃO ANTI BACTERICIDA (ELIMINA 99,9% DAS BACTÉRIAS), TAMPA TIPO FLIP-TOP, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE (INQUEBRÁVEL) COM 500ML. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTESS INFORMAÇÕES: INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), NOME, CGC E ENDEREÇO DO FABRICANTE. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.</b>	<b>UND</b>	<b>29.040</b>



44	354355	<b>LUVA DE LÁTEX DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL</b> - TAMANHO "M", MATERIAL DE LÁTEX EM BORRACHA NATURAL, NÃO CIRÚRGICA, PÓ BIODEGRADÁVEL, FORMATO AMBIDESTRO, TEXTURA LISA. ACONDICIONADAS EM CAIXA COM 100 UNIDADES. <b>INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO.</b>	CAIXA	2.292
45	357462	<b>PANO DE LIMPEZA CHÃO</b> - PANO EM TECIDO GROSSO, BRANCO, SEM FUROS, PANO 100% ALGODÃO, ALVEJADO, PARA USO EM LIMPEZA EM GERAL. TAMANHO APROXIMADO DE NO MÍNIMO 60 X 90.	UND	9.057
46	443004	<b>PAPEL HIGIÊNICO</b> - PAPEL COM FOLHAS DUPLAS PICOTADAS, COM 30MT POR ROLO, NA COR BRANCA, DE 1ª QUALIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 10 CM DE LARGURA X 30MT DE COMPRIMENTO, EMBALADOS EM FARDOS COM 64 UNIDADES, COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).	FARDO	5.048
47	436328	<b>PAPEL TOALHA INTERFOLHADO</b> - PARA USO EM DISPENSADOR DE PAPEL, COM 2 (DUAS) DOBRAS, TAMANHO APROXIMADO DE 23 X 21 CM, NA COR BRANCA, <i>SEM ODOR, NÃO RECICLADO</i> , COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, EMBALAGENS COM 1.000 FOLHAS, APRESENTANDO O NOME DO FABRICANTE, A MARCA E AS DIMENSÕES. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).	FARDO	13.213



48	390358	<b>DETERGENTE/SABÃO LÍQUIDO PARA LAVAGEM DE ROUPA 3 LITROS - DETERGENTE/ SABÃO LÍQUIDO MULTIUSO, EMBALAGEM COM 3 LITROS, UTILIZADO PARA LAVAGEM EM GERAL, COM CARACTERÍSTICAS BIODEGRADÁVEIS E QUE NÃO DEIXA RESÍDUOS. O RÓTULO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONSTAR DE FORMA CLARA AS SEGUINTE INFORMações: O NOME DO PRODUTO E SUA FINALIDADE, INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES, REGISTROS NOS CONSELHOS: REGIONAL DE QUÍMICA E REGIONAL DE SAÚDE, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, PRAZO DE VALIDADE (VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL), NOME, CGC E ENDEREÇO DO FABRICANTE. INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES PARA O PRODUTO. PRODUTO ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM NO MÍNIMO 24 UNIDADES.</b>	<b>GALÃO</b>	<b>7.260</b>
49	234130	<b>SACO PLÁSTICO SECUNDÁRIO TRANSPARENTE - SACO PLÁSTICO COM MEDIDAS APROXIMADAS 35 X 45 CM, CAPACIDADE PARA APROXIMADAMENTE 5KG, BOBINA COM 500 UNIDADES.</b> <b>NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR DE FORMA CLARA A MARCA OU NOME DO FABRICANTE, DIMENSÕES DO PRODUTO, QUANTIDADE, CAPACIDADE NOMINAL, INCLUSIVE PESO SUPORTADO. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR).</b>	<b>BOBINA</b>	<b>2.169</b>



50	470833	<b>SACO PLÁSTICO PARA LIXO - SACO PARA LIXO COM CAPACIDADE DE 100L, REFORÇADO, PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS ESCOLARES (RESÍDUOS EM GERAL), CLASSE I, EM RESINA TERMOPLÁSTICA VIRGEM OU RECICLADA, LARGURA APROXIMADA DE 75CM, ALTURA MÍNIMA DE 105CM, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,12MM, CAPACIDADE NOMINAL PARA 100 LITROS, PESO MÍNIMO SUPOSTO DE 20 KG, NA COR PRETA. NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR DE FORMA CLARA A MARCA OU NOME DO FABRICANTE, DIMENSÕES DO PRODUTO, QUANTIDADE, CAPACIDADE NOMINAL, INCLUSIVE PESO SUPOSTO. COM CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA (RÓTULO ECOLÓGICO ABNT, FSC OU SIMILAR). <b>PRODUTO EMBALADO EM PACOTES PLÁSTICO CONTENDO 100 UNIDADES.</b></b>	PACOTE	4.529
51	332930	<b>TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA - TOUCA 100% POLIPROPILENO, COM ELÁSTICO REVESTIDO PARA MELHOR VEDAÇÃO, SOLDA POR ULTRASSOM, NA COR BRANCA, TAMANHO 45X52CM. ACONDICIONADAS EM PACOTE PLÁSTICO COM 100 UNIDADES.</b>	PACOTE	4.529

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8. O objeto desta contratação caracteriza-se como de natureza contínua, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, considerando-se tratar de aquisição de material de limpeza, cuja demanda é recorrente, permanente e essencial para a manutenção das atividades nas unidades escolares. Tal natureza exige fornecimento regular e parcelado ao longo do tempo, o que justifica a adoção do Sistema de Registro de Preços. A renovação da demanda é prevista por meio da possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021;





1.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

1.10 Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

1.11. Todas as especificações técnicas constantes no presente Termo de Referência são mínimas, podendo a empresa oferecer material superior na vigência do contrato, que será decorrente de Ata de Registro de Preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nelas contidas nos termos do Capítulo V da lei 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº. 14.133/2021).**

2.1. Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento de contratação pública, a ser processado por Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos da Lei 14.133/2021, para Aquisição de Materiais De Limpeza, Higiene E Descartáveis, para atender às necessidades das Unidades Escolares e do Núcleo Central da Secretaria Municipal de Educação, para abastecimento e manutenção do estoque do Almoxarifado pelo período de 12 (doze) meses. Com o escopo de promover uma educação de qualidade aos alunos da Rede Municipal de Ensino e de acordo com a Constituição de República Federativa do Brasil, o Município, entidade pertencente à Administração Pública Direta, tem o dever de garantir e prover uma educação de qualidade aos seus usuários;

2.2. Esclarece-se que a estimativa do quantitativo foi elaborada pelo setor de Almoxarifado, com base no levantamento do consumo dos últimos anos (2021-2024), considerando as entradas e saídas de produtos, bem como o saldo remanescente, conforme os documentos e planilhas anexadas. O quantitativo solicitado foi determinado a partir da contratação realizada no processo nº 24371/2023.

De acordo com a planilha elaborada pelo Setor de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, há material de limpeza disponível em estoque, o que justifica a solicitação do mesmo quantitativo anterior. Isso porque, somando o quantitativo solicitado com o estoque disponível, teremos um volume mais que suficiente para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Entretanto, no caso do papel toalha interfolhado, o Almoxarifado estimou um aumento de pelo menos 40% devido ao estoque zerado em 2023, ao elevado consumo do produto e ao aumento desse consumo.

É relevante destacar que, no ano de 2024, ocorreram ampliações e construções de unidades escolares, com reformas previstas para 2025. Além disso, mais de 700 novos servidores foram integrados à equipe da Secretaria Municipal de Educação, principalmente nas unidades escolares.





Dessa forma, justifica-se a manutenção do quantitativo atual, considerando o estoque existente, assim como o aumento na quantidade de absorventes e papel toalha, em virtude do crescimento no número de servidores e vagas nas escolas. Assim, garante-se a quantidade adequada de material de limpeza para atender tanto as unidades escolares quanto a Secretaria Municipal de Educação.

**2.2.1. Sobre o Item 01**, a aquisição de absorventes higiênicos para distribuição gratuita às estudantes em idade menstrual da Rede Pública de Ensino tem como objetivo combater a precariedade menstrual, que se caracteriza pela falta de acesso ou recursos para a compra de absorventes. A ação visa prevenir riscos à saúde e combater a evasão escolar.

Justifica-se a aquisição desses produtos pela necessidade de garantir condições básicas de higiene às alunas, assegurando seu direito à educação durante o ciclo menstrual. A falta de acesso a absorventes pode afetar diretamente o desempenho escolar e limitar o desenvolvimento dessas estudantes na vida adulta. Este programa está alinhado com a Lei nº 14.214/21, de 06 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, e altera a Lei nº 11.346/2006, determinando que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) devem incluir absorventes higiênicos. O artigo 4º dessa Lei também estabelece a implementação do programa de forma integrada entre os entes federados, com a participação das áreas de saúde, assistência social, educação e segurança pública.

Destacamos que a quantidade estimada de absorventes tem como objetivo atender todas as alunas matriculadas na Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo em idade menstrual. Como o sistema de matrículas ainda não está completamente atualizado com os dados das alunas matriculadas para o ano letivo de 2025, utilizaremos as informações do processo anterior, que totalizaram 2.230 alunas atendidas mensalmente. A esse total, será acrescido um adicional de 20% sobre o quantitativo de absorventes, com o intuito de contemplar novas alunas entre 2023 e 2025, bem como aquelas que forem matriculadas ao longo do ano. A aquisição atenderá a essa demanda por 12 meses, com a entrega mensal de 2 (dois) pacotes por aluna.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

3.1. A solução que melhor atende a Administração Pública Municipal para Aquisição de **MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DO NÚCLEO CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DO ESTOQUE DO ALMOXARIFADO PARA O ANO DE 2025** é através de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico para registro de preços, nos termos do artigo 28,



inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023;

Além disso, contratar uma empresa para a execução dos serviços de limpeza é desproporcionalmente oneroso para os cofres municipais, uma vez que, ao optar pela contratação, o Município arcaria com o custo do serviço e com os produtos utilizados. Considerando que a própria administração pública já conta com servidores capacitados para realizar a limpeza e higienização das repartições, a solução mais viável e econômica é a aquisição dos produtos de limpeza.

3.2. Conforme o artigo 3º, incisos I e II deste decreto, justifica-se a utilização do Registro de Preços:

- I - Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é uma ferramenta que permite ao município ou à instituição registrar um preço para a contratação de serviços ou fornecimento de materiais, o que proporciona condições comerciais mais vantajosas. Ao registrar esses preços, o município consegue obter descontos e melhores condições ao adquirir um volume maior de produtos ou serviços. Isso é especialmente relevante para as unidades escolares e para a Secretaria Municipal de Educação, que frequentemente necessitam de materiais de limpeza, higiene e descartáveis. A reposição contínua desses materiais é essencial para assegurar condições adequadas de higiene e segurança tanto para alunos quanto para servidores. Portanto, a contratação via SRP é uma solução eficaz para atender a essas demandas, incluindo as urgentes e eventuais.

Além disso, o SRP oferece diversas vantagens. Uma delas é a flexibilidade, pois permite a aquisição de itens conforme a demanda, com a possibilidade de realizar compras parceladas, ajustadas às necessidades que surgirem durante o período de vigência da ata. Outra vantagem significativa é a economia de escala, já que, ao centralizar as compras e negociar com um único fornecedor ou com fornecedores registrados, é possível obter preços mais competitivos devido ao volume de aquisição. A agilidade na contratação também é um ponto forte do SRP, pois o processo licitatório para o registro de preços já ocorreu previamente, o que facilita e acelera a formalização das contratações conforme as necessidades surgem. Por fim, o SRP favorece o planejamento e a previsibilidade, permitindo que as contratações sejam feitas de forma mais estratégica, considerando que as demandas de materiais de limpeza, higiene e descartáveis para as unidades escolares são recorrentes e podem ser previstas com razoável antecedência.



Portanto, a utilização do Sistema de Registro de Preços para o fornecimento de materiais de limpeza, higiene e descartáveis para as unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educação se configura como uma solução eficiente e vantajosa, garantindo a continuidade das atividades escolares e a manutenção de um ambiente seguro e adequado.

A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, com a execução dos pedidos conforme a solicitação do contratante, por meio de nota de empenho, com fornecimento conforme as conveniências e necessidades definidas pelo Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Educação.

3.3. Este tipo de contratação vem sendo praticada nos mesmos moldes em todo o território nacional. Além de diversas contratações similares, foram identificados diversos fornecedores capazes de atender a demanda da Administração Pública, caracterizando, assim, como a melhor solução e mais viável para o objeto em questão.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

- 4.1.1. Pela requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;
- 4.1.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;
- 4.1.3. As solicitações deverão ser atendidas nos prazos estipulados;
- 4.1.4. O fornecimento dos materiais descritos deverá ser com rapidez e eficiência;
- 4.1.5. Não poderá haver subcontratação ou transferência a outrem, no todo ou em parte, do objeto da aquisição definida no Termo de Referência;
- 4.1.6. Cumprimento do objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;
- 4.1.7. A aquisição deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.8. Todos os itens devem estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado do INMETRO;
- 4.1.9. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021;

#### **4.2. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS**

*No intuito de adquirirmos materiais de limpeza, higiene e descartáveis de 1ª qualidade, oriundos de fontes renováveis/sustentáveis e que não agredam o meio ambiente e os usuários*



*desses materiais, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras e seus respectivos certificados para comprovar a qualidade do material licitado.*

4.2.1. Antes da adjudicação, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras, **por catálogo**, e sua qualidade para análise de aspecto visual, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho, qualidade e descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante, a fim de garantir sua qualidade;

4.2.1.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3.1.2. O prazo para apresentação das amostras será de 10 (dez) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública;

4.3.1.3. As amostras deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, endereço e horário de funcionamento neste Termo de Referência, devidamente identificadas contendo as informações quanto às características;

4.3.1.4. As amostras serão avaliadas de acordo com as especificações do Termo de Referência;

4.3.1.6. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessárias ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.3.1.7. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não forem aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência

4.3.1.8. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

4.3.1.9. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

4.3.1.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.3.1.11. O licitante deverá retirar as referidas amostras, caso não sejam aprovadas, no prazo de 07 (sete) dias, após a divulgação do resultado. Caso isto não ocorra, os



produtos serão incorporados e/ou descartados pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.3.1.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

I) Não se faz necessária sua aplicação para este objeto, uma vez que, trata-se de Registro de Preços, que encontra regulamentação através do Decreto Federal nº 11.462/2023, visto que a Administração Pública pode ou não adquirir ou contratar o produto que estiver registrado;

II) Todos os equipamentos, acessórios e materiais necessários para a entrega, montagem e eventual substituição de peças (tais como: logística de entrega, parafusos, peças, silicone, pinos e buchas, caso houver) serão de responsabilidade da contratada; e os preços ofertados deverão englobar todos os custos.

4.5. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 2 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

5.1. O fornecimento será efetuado sob demanda, conforme solicitado, contados no máximo 30 (trinta) dias após a data de entrega da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato), no endereço abaixo:

<b>Nome do requisitante:</b>	Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação
	<b>Rua:</b> Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D’Antas - Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220
<b>Endereço de entrega:</b>	<b>Tel:</b> (22) 2529-3388
	<b>Ref:</b> Estrada Friburgo - Teresópolis, km 3, subida em frente ao restaurante Toca da Raposa e a fábrica de tubos Santa Paula.
<b>Horário de entrega e descarga:</b>	De 07:30 até as 14:30 horas - de segunda a quinta-feira (impreterivelmente).

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, juntamente com a nota fiscal pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;



- 5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 5.4. Os bens serão recebidos definitivamente prazo de 2 (dois) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 5.6. Os produtos deverão ter em seus rótulos: prazo de validade e data de fabricação, dados de identificação do produto, marca do fabricante, registro no Ministério da Saúde e ANVISA e identificação do técnico responsável;
- 5.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;
- 5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos do artigo 140, § 2º da Lei 14.133/2021;
- 5.9. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;
- 5.10. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;
- 5.11. A garantia abrange a realização da manutenção e/ou troca dos bens pelo próprio Contratado;
- 5.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a troca dos bens quando necessárias;
- 5.13. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser corrigidas e/ou substituídas por outras novas, de primeiro uso, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação;
- 5.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pelo Contratado;
- 5.15. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante;



5.16. Decorrido o prazo para reparos e/ou substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda;

5.17. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado;

5.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);





- 6.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);
- 6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º)
- 6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).
- 6.9. Serão exigidos as Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- 6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21;
- 6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto;
- 6.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- 6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;
- 6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.
- 6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:
- 6.16.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da contratação licitada;
- 6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;
- 6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;





6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº. 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’, da Lei nº 14.133/2021).**

7.1. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

**7.2. Da liquidação da despesa:**

7.2.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html);

**7.3. Do pagamento da despesa:**

7.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas;

Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

FGTS;

PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html);



7.3.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.3.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.3.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021).**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento na hipótese do art. 40, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de (menor preço por item).

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;



8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.5. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada;

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

8.10. Se o fornecedor for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

**8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:**

**8.12.1. Habilitação Jurídica:**

a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

8.12.1.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual



e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pe-



queno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

#### **8.14 Qualificação Econômico-Financeira:**

8.14.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.



8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.14.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

8.14.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.14.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em





qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.14.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.14.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **8.15 Qualificação Técnica:**

8.15.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 Todos os itens devem estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado do INMETRO.

8.15.3 – A exigência de conformidade de todos os itens com as normas técnicas da ABNT estabelecida no subitem anterior, visa garantir a qualidade e a segurança dos produtos ou serviços contratados. Esta medida não representa uma restrição indevida à competitividade do certame, mas sim, uma salvaguarda essencial para assegurar que os bens ou serviços atendam aos padrões estabelecidos, promovendo a eficiência e a eficácia na execução do objeto contratual.

8.15.4 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.4.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.4.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.





8.16 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

### **9.1. Da Contratada:**

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;



k) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

l) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

m) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

#### **9.2. Da Contratante:**

a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

h) Demais condições constantes do edital de licitação.

### **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



10.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

**10.1.1. Comete infração administrativa à contratada que:**

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1. Advertência;

10.3.2. Multa;



10.3.3. Impedimento de licitar e contratar;

10.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5. Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7. Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

**11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).**

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.648.517,86 (três milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

**12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘J’, da Lei nº 14.133/2021).**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação, previstos no presente Termo de Referência, correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

12.1.1.	<b>Órgão/Unidade Orçamentária:</b>	Secretaria Municipal de Educação
		22001.0412200472.125
12.1.2.	<b>Programa de Trabalho:</b>	22002.1236100572.146
		22003.1236500672.165
		22004.1236500762.182
12.1.3.	<b>Fonte de Recurso:</b>	150000000000
		150010010000
12.1.4.	<b>Natureza da Despesa:</b>	339030-04

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2. Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 16 de junho de 2025.

<b>ELABORADOR:</b>	<b>APOIO TÉCNICO:</b>
<div></div> <div> <div></div> <div>Eraldo Alves Júnior</div> </div>	<div></div> <div> <div></div> <div>Miguel Ângelo Bueno Fernandes</div> </div>



Subsecretário de Infraestrutura e Logística Educativa	Responsável pelo Almoxarifado
Matr.: 116.272	Matr.: 116.275

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**Caroline Moura Klein**  
Secretária Municipal de Educação  
Matr.: 990.953